



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 320/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 96/2025

VALIDADE
08/12/2026

Homologado aos 3 dias do mês de Dezembro de 2025, de um lado o(a) **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT**, com sede na mato grosso, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 24.772.287/0001-36, neste ato, representado pelo(a) **Ordenador(a) de Despesa , Sr(a). EDILSON ANTONIO PIAIA**, brasileiro(a), portador do R.G. n.º 228504 SESP e inscrito no CPF nº 390.917.401-91, residente e domiciliado na GOIÁS , bairro CENTRO nesta cidade, neste ato denominado simplesmente **Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços**, realizado por meio do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 96/2025**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos da Lei 14.133/2021 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor	CNPJ
CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA LTDA	20.357.366/0001-20
Endereço	Nº
AVENIDA ISAAC PÓVOAS - ATÉ 861/862	475
Bairro	
CENTRO NORTE	
Cidade	CEP
CUIABA/MT	78005340
Email	Telefone
cyanpapelaria@outlook.com	(65) 3021-1170
Representante Legal	CPF
ALDENEY ANTONIO NETO	030.XXX.XXX-80

SEQ.	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
65	3234	JOGO DE XADREZ, TABULEIRO E PEÇAS EM MADEIRA, TAMANHO MÍNIMO DE 25 CM X 25 CM. JOGO. Detalhamento: JOGO DE XADREZ, TABULEIRO E PEÇAS EM MADEIRA, TAMANHO MÍNIMO DE 25 CM X 25 CM. JOGO.	UN - UNIDADE	UNY HOME UNY HOME	7,00	48,8900	342,23
47	26054	CORDA DE PULAR INFANTIL DE NYLON COM CONTADOR DE 2,60M. POSSUI CABO EMPUNHADURA DE PLÁSTICO REVESTIDO DE CAMURÇA. Detalhamento: CORDA DE PULAR INFANTIL DE NYLON COM CONTADOR DE 2,60M. POSSUI CABO EMPUNHADURA DE PLÁSTICO REVESTIDO DE CAMURÇA.	UN - UNIDADE	RIO TIJUCAS RIO TIJUCAS	312,00	14,4900	4.520,88

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT.**

ESTADO DE MATO GROSSO

MATO GROSSO 66, CENTRO, CAMPO NOVO DO PARECIS/MT - Cep: 78360000

85	36985	PLACAS PARA TATAME EM E.V.A. (ETIL VINIL ACETATO) DE ENCAIXE NAS MEDIDAS DE 100CMX100CMX30MM, MULTICOLORIDO, ANTIDERRAPANTE, COM PELÍCULA TEXTURIZADA E SILICONADA E BORDAS DE ACABAMENTO. Detalhamento: PLACAS PARA TATAME EM E.V.A. (ETIL VINIL ACETATO) DE ENCAIXE NAS MEDIDAS DE 100CMX100CMX30MM, MULTICOLORIDO, ANTIDERRAPANTE, COM PELÍCULA TEXTURIZADA E SILICONADA E BORDAS DE ACABAMENTO, LAVAVEL. DEVERÁ PROPORCIONAR ENCAIXE PERFEITO E RETORNAR AO FORMATO ORIGINAL APÓS IMPACTO.	UN - UNIDADE	BIATEX BIATEX	100,00	89,6100	8.961,00
62	47668	JOGO DE TANGRAM CONFECCIONADO EM PLÁSTICO POLIPROPILENO ATÓXICO DE ALTO BRILHO, DE CORES VIVAS, COM 70 PEÇAS COLORIDAS, FORMANDO 10 QUADRADOS (CORES DIFERENTES) DE 145X145X3MM. ACONDICIONADO EM CAIXA DE MADEIRA. DIMENSÕES COM TOLERÂNCIA DE +/- 5%. PR Detalhamento: JOGO DE TANGRAM CONFECCIONADO EM PLÁSTICO POLIPROPILENO ATÓXICO DE ALTO BRILHO, DE CORES VIVAS, COM 70 PEÇAS COLORIDAS, FORMANDO 10 QUADRADOS (CORES DIFERENTES) DE 145X145X3MM. ACONDICIONADO EM CAIXA DE MADEIRA. DIMENSÕES COM TOLERÂNCIA DE +/- 5%. PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO ABNT NBR NM 300-1 E ABNT NBR NM 300-3.	UN - UNIDADE	JOTT PLAY JOTT PLAY	2,00	81,9900	163,98
75	49064	KIT DE ESTUDO PARA MATEMÁTICA - TIPO: CUBO DA SOMA REF 56, EM MADEIRA, CONTENDO SETE PEÇAS, SENDO A PRIMEIRA PEÇA UM TRICUBO, ENQUANTO AS OUTRAS SEIS SÃO TETRACUBOS, AS PRIMEIRAS QUATRO PEÇAS SÃO POLIMINOS EM TRÊS DIMENSÕES, ACONDICIONADA EM EMBALAGE Detalhamento: KIT DE ESTUDO PARA MATEMÁTICA - TIPO: CUBO DA SOMA REF 56, EM MADEIRA, CONTENDO SETE PEÇAS, SENDO A PRIMEIRA PEÇA UM TRICUBO, ENQUANTO AS OUTRAS SEIS SÃO TETRACUBOS, AS PRIMEIRAS QUATRO PEÇAS SÃO POLIMINOS EM TRÊS DIMENSÕES, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA.	UN - UNIDADE	JOT PLAY JOT PLAY	2,00	37,3400	74,68
42	50863	CAMINHÃO SUPER CAÇAMBA FORÇA BRUTA ARTICULÁVEL POR ENGRENAGEM. CONFECCIONADO EM PLÁSTICO NÃO TÓXICO. CONTÉM 4 RODAS TRATORADAS, 1 PÁ, ALÇA PARA TRANSPORTAR A SUPER CAÇAMBA, TRAVA NA PORTA TRASEIRA. DIMENSÕES APROXIMADAS DE: 25 A X 51 C X 19 L CM. Detalhamento: CAMINHÃO SUPER CAÇAMBA FORÇA BRUTA ARTICULÁVEL POR ENGRENAGEM. CONFECCIONADO EM PLÁSTICO NÃO TÓXICO. CONTÉM 4 RODAS TRATORADAS, 1 PÁ, ALÇA PARA TRANSPORTAR A SUPER CAÇAMBA, TRAVA NA PORTA TRASEIRA. DIMENSÕES APROXIMADAS DE: 25 A X 51 C X 19 L CM.	UN - UNIDADE	TILIN TILIN	312,00	93,0000	29.016,00
93	50864	TRATOR MÁQUINA CARREGADEIRA CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO. POSSUI A LÇA DE COMANDO PARA OPERAR A MÁQUINA. O TRATOR ANDA PARA FRENTE E PARA TRÁS, POSSUI BRAÇO DE ELEVAÇÃO SOBE E DESCE E	UN - UNIDADE	ROMA ROMA	312,00	34,4300	10.742,16

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT.**

ESTADO DE MATO GROSSO

MATO GROSSO 66, CENTRO, CAMPO NOVO DO PARECIS/MT - Cep: 78360000

		O ANTEBRAÇO SE DESLOCA NA VERTICAL. A ALÇA FAZ O BRAÇO E A PÁ BA Detalhamento: TRATOR MÁQUINA CARREGADEIRA CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO. POSSUI A LÇA DE COMANDO PARA OPERAR A MÁQUINA. O TRATOR ANDA PARA FRENTE E PARA TRÁS, POSSUI BRAÇO DE ELEVAÇÃO SOBE E DESCE E O ANTEBRAÇO SE DESLOCA NA VERTICAL. A ALÇA FAZ O BRAÇO E A PÁ BASCULAREM PARA CAVAR E CARREGAR. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 27.5 X 9 X 13.5 CM.					
3	50870	BARRACA INFANTIL, UNISSEX, TECIDO LAVAVEL, CAPACIDADE MINIMA PARA 2 CRIANCAS, DIMENSÕES DO PRODUTO ABERTO (LXAXC): 90 X 90 X 120 CM APROX. ACOMPANHA 50 BOLINHAS COLORIDAS. Detalhamento: BARRACA INFANTIL, UNISSEX, TECIDO LAVAVEL, CAPACIDADE MINIMA PARA 2 CRIANCAS, DIMENSÕES DO PRODUTO ABERTO (LXAXC): 90 X 90 X 120 CM APROX. ACOMPANHA 50 BOLINHAS COLORIDAS.	UN - UNIDADE	DM TOYS DM TOYS	100,00	120,0000	12.000,00
25	50872	BRINQUEDO EDUCATIVO E RECREATIVO - KIT DE BRINQUEDOS MODELO DINOSSAUROS DE DIVERSOS TAMANHOS. MATERIAL: BORRACHA DURA PVC. COM NO MINIMO 10 PEÇAS. Detalhamento: BRINQUEDO EDUCATIVO E RECREATIVO - KIT DE BRINQUEDOS MODELO DINOSSAUROS DE DIVERSOS TAMANHOS. MATERIAL: BORRACHA DURA PVC. COM NO MINIMO 10 PEÇAS.	UN - UNIDADE	TOY KING TOY KING	8,00	14,0000	112,00
26	50873	BRINQUEDO EDUCATIVO E RECREATIVO - KIT DE BRINQUEDOS MODELO SAFARI SELVA COM NO MÍNIMO 10 PEÇAS. MATERIAL: BORRACHA DURA PVC. DIMENSÕES APROXIMADAS DOS PRODUTOS: 15 X 10 X 10 CM. Detalhamento: BRINQUEDO EDUCATIVO E RECREATIVO - KIT DE BRINQUEDOS MODELO SAFARI SELVA COM NO MÍNIMO 10 PEÇAS. MATERIAL: BORRACHA DURA PVC. DIMENSÕES APROXIMADAS DOS PRODUTOS: 15 X 10 X 10 CM.	UN - UNIDADE	TOY KING TOY KING	285,00	38,0000	10.830,00
81	50878	MESA DE ATIVIDADES DIDATICAS INFANTIL - CONFECCIONADA EM MATERIAL DO TIPO PLASTICO, COM BLOCOS DIDATICOS, ENGRENAGENS QUE GIRAM, TELEFONINHO PARA A CRIANCA BRINCAR, DESLIZANTE PERSONALIZADO E CERTIFICACAO DE SEGURANCA DO INMETRO DO PRODUTO: 30,0 CM (Detalhamento: MESA DE ATIVIDADES DIDATICAS INFANTIL - CONFECCIONADA EM MATERIAL DO TIPO PLASTICO, COM BLOCOS DIDATICOS, ENGRENAGENS QUE GIRAM, TELEFONINHO PARA A CRIANCA BRINCAR, DESLIZANTE PERSONALIZADO E CERTIFICACAO DE SEGURANCA DO INMETRO DO PRODUTO: 30,0 CM (C) X 307 CM (L) X 22,0 CM (A)	UN - UNIDADE	COTIPLAS COTIPLAS	151,00	74,0000	11.174,00
16	50880	BRINQUEDO EDUCATIVO E RECREATIVO - EM PLASTICO RESISTENTE, TIPO: KIT INFANTIL DE PRAIA NA AREIA, CONTENDO BALDE, PA, PENEIRA, RASTELO, FORMINHAS EM FORMATOS DE ANIMAIS, TAMANHO MEDIO, CONTENDO NO MINIMO 07 PEÇAS EM CORES VARIADAS. Detalhamento: BRINQUEDO EDUCATIVO E RECREATIVO - EM PLASTICO RESISTENTE, TIPO: KIT INFANTIL DE PRAIA NA AREIA,	UN - UNIDADE	REI DO BALDE REI DO BALDE	510,00	11,0000	5.610,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT.**

ESTADO DE MATO GROSSO

MATO GROSSO 66, CENTRO, CAMPO NOVO DO PARECIS/MT - Cep: 78360000

		CONTENDO BALDE, PA, PENEIRA, RASTELO, FORMINHAS EM FORMATOS DE ANIMAIS, TAMANHO MEDIO,CONTENDO NO MININO 07 PEÇAS EM CORES VARIADAS.					
60	51027	JOGO DE TABULEIRO CERTO OU ERRADO, MEDIDA DA EMBALAGEM 28 X 7 X 28CM, CONTÉM NA EMBALAGEM: 1 TABULEIRO, 100 CARTAS, 6 PEÕES, 1 MANUAL, 1 DADO. COMPOSIÇÃO: CARTONADO E PLÁSTICO. DEVERÁ CONTER SELO DE SEGURANÇA DO INMETRO. GARANTIA DE 90 DIAS CONTRA DE Detalhamento: JOGO DE TABULEIRO CERTO OU ERRADO, MEDIDA DA EMBALAGEM 28 X 7 X 28CM, CONTÉM NA EMBALAGEM: 1 TABULEIRO, 100 CARTAS, 6 PEÕES, 1 MANUAL, 1 DADO. COMPOSIÇÃO: CARTONADO E PLÁSTICO. DEVERÁ CONTER SELO DE SEGURANÇA DO INMETRO. GARANTIA DE 90 DIAS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PARA 3 A 6 JOGADORES. UNIDADE DE FORNECIMENTO: CAIXA. MARCA DE REFERENCIA: ESTRELA.	UN - UNIDADE	ESTRELA ESTRELA	2,00	84,8000	169,60
2	52145	BARALHO - TIPO JOGO UNO, MEDINDO 63,00X88,00MM, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA Detalhamento: BARALHO - TIPO JOGO UNO, MEDINDO 63,00X88,00MM, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA	UN - UNIDADE	UNO UNO	255,00	7,3200	1.866,60
49	52149	JOGO AFRICANO YOTÉ, COM 12 PEÇAS CLARAS E 12 ESCUROS E TABULEIRO, COM MADEIRA DE PINUS OU EUCALIPTO DE REFLORESTAMENTO, ACOMPANHA REGRAS E SAQUINHO PARA GUARDAR AS PEÇAS. Detalhamento: JOGO AFRICANO YOTÉ, COM 12 PEÇAS CLARAS E 12 ESCUROS E TABULEIRO, COM MADEIRA DE PINUS OU EUCALIPTO DE REFLORESTAMENTO, ACOMPANHA REGRAS E SAQUINHO PARA GUARDAR AS PEÇAS.	UN - UNIDADE	BRINQUE COM MADEIRA BRINQUE COM MADEIRA	52,00	138,9900	7.227,48
51	52516	JOGO BLOQUEIO, CONFECCIONADO EM PAPEL, DIMENSÕES 16,6C X 11,3L CENTÍMETROS, CONTÉM: 1 TABULEIRO, 4 PEÕES, ETIQUETAS, PLACAS EM MDF, 1 REGRA, 1 SACO PLÁSTICO, IDADE RECOMENDADA 8 ANOS ACIMA. Detalhamento: JOGO BLOQUEIO, CONFECCIONADO EM PAPEL, DIMENSÕES 16,6C X 11,3L CENTÍMETROS, CONTÉM: 1 TABULEIRO, 4 PEÕES, ETIQUETAS, PLACAS EM MDF, 1 REGRA, 1 SACO PLÁSTICO, IDADE RECOMENDADA 8 ANOS ACIMA.	UN - UNIDADE	GROW GROW	51,00	71,9900	3.671,49
69	52517	JOGO LÓGIC COLOR EDUCATIVO BRINQUEDO DE RACIOCÍNIO, LÓGICA, CONCENTRAÇÃO, HABILIDADE MANUAL, INTERAÇÃO SOCIAL E AGILIDADE, IDEAL PARA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO, ENSINANDO CORES, FORMAS E A LÓGICA DE COMBINAÇÃO. ACOMPANHA 1 CAMPAINHA, 12 PEÇAS COLOR Detalhamento: JOGO LÓGIC COLOR EDUCATIVO BRINQUEDO DE RACIOCÍNIO, LÓGICA, CONCENTRAÇÃO, HABILIDADE MANUAL, INTERAÇÃO SOCIAL E AGILIDADE, IDEAL PARA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO, ENSINANDO CORES, FORMAS E A LÓGICA DE COMBINAÇÃO. ACOMPANHA 1 CAMPAINHA, 12 PEÇAS COLORIDAS (3 DE CADA COR), 2 TABULEIROS LÓGICOS, 24 CARTAS, 4 SUPORTES PARA OS	UN - UNIDADE	PAKI TOYS PAKI TOYS	52,00	60,3000	3.135,60

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT.**

ESTADO DE MATO GROSSO

MATO GROSSO 66, CENTRO, CAMPO NOVO DO PARECIS/MT - Cep: 78360000

66	52535	TABULEIROS. IDADE MINIMA 4 ANOS. JOGO DOS COPINHOS – LÓGICA E COGNIÇÃO COMPOSTO POR 12 COPOS COLORIDOS E EMPILHÁVEIS MEDINDO 7 CM X 10 CM E 50 CARTAS COM SUGESTÕES DE EMPILHAMENTOS, COM SINO. FAIXA ETARIA: INDICADO PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 03 ANOS DE IDADE Detalhamento: JOGO DOS COPINHOS – LÓGICA E COGNIÇÃO COMPOSTO POR 12 COPOS COLORIDOS E EMPILHÁVEIS MEDINDO 7 CM X 10 CM E 50 CARTAS COM SUGESTÕES DE EMPILHAMENTOS, COM SINO. FAIXA ETARIA: INDICADO PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 03 ANOS DE IDADE	UN - UNIDADE	NIG NIG	50,00	80,0000	4.000,00
35	52553	BRINQUEDO EDUCATIVO E RECREATIVO - TORRE EQUILIBRIO E UM JOGO CLASSICO DE HABILIDADE FISICA E MENTAL ONDE OS JOGADORES SE REVEZAM PARA MOVER BLOCOS DE UMA TORRE, EQUILIBRANDO-OS NO TOPO, CRIANDO UMA ESTRUTURA CADA VEZ MAIOR E MAIS INSTAVEL A MEDIDA Q Detalhamento: BRINQUEDO EDUCATIVO E RECREATIVO - TORRE EQUILIBRIO E UM JOGO CLASSICO DE HABILIDADE FISICA E MENTAL ONDE OS JOGADORES SE REVEZAM PARA MOVER BLOCOS DE UMA TORRE, EQUILIBRANDO-OS NO TOPO, CRIANDO UMA ESTRUTURA CADA VEZ MAIOR E MAIS INSTAVEL A MEDIDA QUE O JOGO PROGRIDE. A TORRE INTELIGENTE ESTIMULA A COORDENAÇÃO MOTORA, A PERCEPÇÃO, A HABILIDADE, O EQUILIBRIO E A AGILIDADE. JOGO TRADICIONAL, COM 54 PEÇAS IGUAIS EM MADEIRA MDF, COM ESQUADRO DE APOIO PARA AUXILIAR A MONTAGEM, REGRAS E INSTRUÇÕES NA EMBALAGEM. DIMENSÕES 30X12X12 INDICADO PARA ACIMA DE 6 ANOS	UN - UNIDADE	PAIS E FILHOS PAIS E FILHOS	52,00	20,2900	1.055,08
48	52557	CUBO MÁGICO PROFISSIONAL, IDADE MÍNIMA RECOMENDADA 3 ANOS, 9 PEÇAS POR LADO, CONTENDO 6 FACES COLORIDAS, IDEAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO RACIOCÍNIO LÓGICO, VISUALIZAÇÃO ESPACIAL, POTENCIALIZA A CONCENTRAÇÃO. PRODUTO FEITO DE PLÁSTICO ABS RESISTENTE, Detalhamento: CUBO MÁGICO PROFISSIONAL, IDADE MÍNIMA RECOMENDADA 3 ANOS, 9 PEÇAS POR LADO, CONTENDO 6 FACES COLORIDAS, IDEAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO RACIOCÍNIO LÓGICO, VISUALIZAÇÃO ESPACIAL, POTENCIALIZA A CONCENTRAÇÃO. PRODUTO FEITO DE PLÁSTICO ABS RESISTENTE, TAMANHO MÍNIMO 5.6 CM X 5.6 CM X 5.6 CM PESO NO MÍNIMO 82G, COR PRETO COM FACES COLORIDAS DE 3CM X 3CM X 3CM EM ADESIVO FLUORESCENTE DE ALTA QUALIDADE RESISTENTES AO DESGASTE E AO IMPACTO, AS PEÇAS INTERNAS SÃO FEITAS DE PLÁSTICO RESISTENTE E SÃO PROJETADAS PARA GIRAR SUAVEMENTE, MARCA IGUAL OU SUPERIOR A QIYI.	UN - UNIDADE	ZEIN ZEIN	84,00	11,0000	924,00
8	52561	BRINQUEDO EDUCATIVO E RECREATIVO - BLOCOS DE MONTAR 120 PEÇAS, BLOCOS DE MONTAR COMPOSTO POR PEÇAS SORTIDAS QUE VARIAM DE 2,5 A 8,0 CM E ENCAIXE TRADICIONAL, COM	UN - UNIDADE	MAXI TOYS MAXI TOYS	200,00	142,4900	28.498,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT.**

ESTADO DE MATO GROSSO

MATO GROSSO 66, CENTRO, CAMPO NOVO DO PARECIS/MT - Cep: 78360000

		CORES VARIADAS, COM DIVERSOS ENCAIXES, NOS FORMATOS: RODAS LIVRES COM ROLAMENTO, CHAVE D Detalhamento: BRINQUEDO EDUCATIVO E RECREATIVO - BLOCOS DE MONTAR 120 PEÇAS, BLOCOS DE MONTAR COMPOSTO POR PEÇAS SORTIDAS QUE VARIAM DE 2,5 A 8,0 CM E ENCAIXE TRADICIONAL, COM CORES VARIADAS, COM DIVERSOS ENCAIXES, NOS FORMATOS: RODAS LIVRES COM ROLAMENTO, CHAVE DE BOCA DUPLA E BARRAS PARALELAS FABRICADAS EM PLÁSTICO, IDADE RECOMENDADA A PARTIR DE 3 ANOS.					
39	52562	BRINQUEDO PEDAGOGICO - TREINO CEREBRAL - EM MDF, PLÁSTICO, MATERIAL ATOXICO, CONTENDO 514 PEÇAS, SENDO 8 PLACAS COM MODELOS PARA FAZER FIGURAS MEDINDO APROXIMADAMENTE 208X208X03MM; 1 PLACA COM ORIFICIO COMO GABARITO MEDINDO APROXIMADAMENTE 235X235X03 Detalhamento: BRINQUEDO PEDAGOGICO - TREINO CEREBRAL - EM MDF, PLÁSTICO, MATERIAL ATOXICO, CONTENDO 514 PEÇAS, SENDO 8 PLACAS COM MODELOS PARA FAZER FIGURAS MEDINDO APROXIMADAMENTE 208X208X03MM; 1 PLACA COM ORIFICIO COMO GABARITO MEDINDO APROXIMADAMENTE 235X235X03; 505 CONTAS COLORIDAS EM PLÁSTICO, NAS CORES 140 VERMELHAS, 110 BRANCAS, 60 VERDES, 60 MARRONS, 50 AZUIS, 60 AMARELAS E 25 PRETAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PROTETORA	UN - UNIDADE	CARIMBRAS CARIMBRAS	50,00	134,3700	6.718,50
40	52566	BRINQUEDOS DE MADEIRA – BLOCOS DE CONSTRUÇÃO, CONTENTO 40 BLOCOS DE MADEIRA PARA MONTAR, CORES DIVERSAS, TINTAS ATÓXICAS, PEÇAS NOS FORMATOS TRIÂNGULO, RETÂNGULOS E QUADRADO. BRINQUEDO IDEAL PARA CRIANÇAS A PARTIR DOS 3 ANOS. Detalhamento: BRINQUEDOS DE MADEIRA – BLOCOS DE CONSTRUÇÃO, CONTENTO 40 BLOCOS DE MADEIRA PARA MONTAR, CORES DIVERSAS, TINTAS ATÓXICAS, PEÇAS NOS FORMATOS TRIÂNGULO, RETÂNGULOS E QUADRADO. BRINQUEDO IDEAL PARA CRIANÇAS A PARTIR DOS 3 ANOS.	UN - UNIDADE	PAIS E FILHOS PAIS E FILHOS	200,00	16,9900	3.398,00
38	52570	BRINQUEDO PEDAGOGICO EDUCATIVO - KIT DE PEÇAS DE MONTAR EM FORMATO DE ESTRELA - CONFECCIONADO EM PLASTICO DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, ALTO BRILHO E DE CORES VIVAS, EM FORMATO DE ESTRELA COM 06 PONTAS ARREDONDADAS, CADA PONTA ARREDONDADA CONTEM Detalhamento: BRINQUEDO PEDAGOGICO EDUCATIVO - KIT DE PEÇAS DE MONTAR EM FORMATO DE ESTRELA - CONFECCIONADO EM PLASTICO DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, ALTO BRILHO E DE CORES VIVAS, EM FORMATO DE ESTRELA COM 06 PONTAS ARREDONDADAS, CADA PONTA ARREDONDADA CONTEM CORTES DE SIMETRIA NELAS PARA PODER FACILITAR O ENCAIXE, ESTRELA COM SEIS PONTAS ARREDONDADAS, PINO TRIPLO COM SETE PONTAS ARREDONDADAS E CONTENDO NO MÍNIMO 100 PECAS. RECOMENDADO PARA CRIANÇAS ACIMA	UN - UNIDADE	PAKI TOYS PAKI TOYS	152,00	81,9900	12.462,48



		DE 3 ANOS.					
94	52576	TRICICLO INFANTIL - COM ASSENTO ANATOMICO MOVIDO A PEDAL, MATERIAL POLIPROPILENO. MEDIDAS APROXIMADAS: 45,5CM X 47CM X 52CM. IDADE RECOMENDADA A PARTIR DE 02 ANOS PESO SUPOSTADO ATÉ 19 KG Detalhamento: TRICICLO INFANTIL - COM ASSENTO ANATOMICO MOVIDO A PEDAL, MATERIAL POLIPROPILENO. MEDIDAS APROXIMADAS: 45,5CM X 47CM X 52CM. IDADE RECOMENDADA A PARTIR DE 02 ANOS PESO SUPOSTADO ATÉ 19 KG	UN - UNIDADE	BIEMME BIEMME	70,00	69,3100	4.851,70

Total: 171.525,46

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 A vigência da Ata de Registro de Preço será de 01(um) ano, contados da data de publicação, podendo ser prorrogada uma vez, por igual período, desde que haja saldo remanescente e comprovado a vantajosidade dos preços registrados.

2.2 Os prazos desta Ata serão contados excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

2.3 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, bem como a renovação de suas quantidades quando de eventual prorrogação da vigência.

2.4 A Administração não poderá contratar o objeto deste instrumento quando o fornecedor tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade, suspensão temporária ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REVISÃO E CANCELAMENTO

3.1 A Administração elaborará pesquisa de mercado, mediante provocação do fiscal da ata de registro de preços, a cada 180 (cento e oitenta) dias, a fim de ratificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

3.2 De posse da pesquisa realizada, o fiscal deverá encaminhar seu resultado ao órgão gerenciador seja para ratificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata ou notificar o fornecedor para rever os preços registrados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado.

3.3 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado verso os preços registrados, cabendo à Administração, através do órgão gerenciador, convocar o fornecedor para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

3.4 Caso o fornecedor não aceitar a redução dos seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, cabendo a Administração convocar, dentro da ordem de classificação, os fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

3.5 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

3.6 A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do fornecedor da Ata de Registro de Preços, cabendo ao órgão gerenciador, a análise e deliberação a respeito do pedido.



3.7 Se o fornecedor não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

3.8 Comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração Pública poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo fornecedor, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

3.9 Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pela Administração, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

3.10 Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador da ata poderá convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação original da licitação, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, pelo valor da contraproposta apresentada pela Administração.

3.11 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.12 Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro dos preços registrados, passarão por análise contábil e jurídica do órgão gerenciador, cabendo à autoridade competente para a homologação da licitação para registro de preços a decisão sobre o pedido.

3.13 Deferido o pedido, o reequilíbrio econômico-financeiro será registrado por aditamento à Ata de Registro de Preços.

3.14 O registro do fornecedor será cancelado, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

3.15 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente comprovados e justificados.

CLÁUSULA QUARTA - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O gerenciamento deste instrumento caberá ao Município de Campo Novo do Parecis, por meio da Secretaria solicitante, devendo ser observado o aspecto operacional e jurídico.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS, CONDIÇÕES E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.1 Os itens deverão ser entregues em no máximo 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento da solicitação (empenho ou ordem de fornecimento), salvo prorrogação formalmente justificada pela contratada e previamente aceita pela Administração, sem custos adicionais.

5.2 Efetuar a entrega do produto de acordo com a quantidade solicitada nos locais indicados pelas



secretarias solicitantes, de segunda a sexta-feira, 07h:00min às 11h:00min e das 13h:00min às 17h:00min.

5.3 Os produtos deverão ser entregues novos, em perfeitas condições de uso, devidamente embalados e identificados, livres de amassados, umidade, rachaduras ou quaisquer danos físicos, de modo a garantir a integridade e a qualidade dos produtos durante o transporte, o armazenamento e o manuseio.

5.4 Todos os itens deverão estar em conformidade com as especificações técnicas descritas no Termo de Referência, atendendo às normas de segurança e qualidade definidas pelos órgãos competentes, especialmente o INMETRO e a ABNT.

5.5 As secretarias solicitantes não aceitarão ou receberão quaisquer produtos com atrasos, defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes neste instrumento ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto.

5.6 A falta de quaisquer itens, ou pedido de desistência, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso ou suspensão de sua entrega, sujeita a penalidades previstas nesse instrumento.

5.7 Nos termos de art. 3 combinado com o art. 39, VIII, da Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1.990 - Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

CLÁUSULA SEXTA - PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 O pagamento ocorrerá dentro de 30 (trinta) dias, após o recebimento da Nota Fiscal/fatura dos produtos efetivamente entregues, constando a quantidade e o valor, devidamente atestada pelo agente fiscalizador designado para esse fim, acompanhada do relatório de fiscalização da Ata/Contrato, de acordo com a ordem cronológica de pagamento a fornecedores, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal n. 56/2023.

6.1.1 O relatório de fiscalização da Ata/Contrato deverá conter informações sobre o prazo, as condições e marca do produto entregue, o cumprimento das cláusulas contratuais, bem como qualquer outra informação relevante que seja necessário informar, conforme estabelecido na Cláusula Décima deste instrumento.

6.2 A Nota Fiscal / fatura deverá ser apresentada já com as deduções tributárias legais incidentes.

6.3 Em caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, no pagamento das faturas, para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, tem como base a média da cesta de Índices Oficiais, que compõem a UFCNP (Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis) sendo eles INPC, IPCA, IPCDI e IGPM, referente ao mês de inadimplemento.

6.4 A contagem do prazo para pagamento terá início e encerramento em dias de expediente na Administração Pública Municipal.

6.5 Não aplicar-se-á o previsto no item 6.1 caso os recursos sejam provenientes de transferências de outros órgãos e os mesmos não tenham sido arrecadados aos cofres públicos municipais.

6.6 Para realização dos pagamentos, a contratada deverá manter as condições de habilitação prevista neste instrumento;



6.7 A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

6.8 Junto ao corpo da Nota Fiscal/Fatura é recomendado fazer constar, para fins de pagamento, informações relativas ao nome e número do banco, da agência e da c/c da contratada, bem como, se a empresa é optante do "SIMPLES";

6.9 Em sendo optante do "SIMPLES" o fornecedor deverá apresentar documento expedido pela Receita Federal demonstrando essa condição.

6.10 No preço a ser pago deverão estar inclusas todas as despesas inerentes a: salários, encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, materiais, fretes, enfim todas as despesas necessárias ao fornecimento do objeto deste certame.

6.11 Para fins de Imposto de Renda Retido na Fonte de que trata o art. 158, inciso I, da Constituição da República, o Município, em todas as suas contratações, com pessoas jurídicas observará o disposto no art. 64, da Lei Federal Nº 9.430/1996, no art. 15 da Lei Nº 9.249/1995, a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil Nº 1.234/2012, e, também Instrução Normativa RFB Nº 1663, de 07 de outubro de 2016, e por fim Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023, com a consequente retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil.

6.12 Não será admitido o pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

6.13 As despesas bancárias decorrentes de transferências de valores para outras praças serão de responsabilidade da contratada.

6.14 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

6.15 Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

6.16 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.17 Qualquer irregularidade ou falta de apresentação de certidões o prazo do item 6.1 somente se iniciará com a devida regularização das pendências.

CLÁUSULAS SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1 São obrigações da administração pública:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo fornecedor contratado, de acordo com este instrumento;
- b) Receber e acompanhar a entrega dos itens solicitados, nos prazos e condições estabelecidas no presente instrumento;
- c) Recebimento provisório dar-se-á em até 05 (cinco) dias, pelo responsável da Secretaria solicitante, no ato da entrega dos itens juntamente com a nota fiscal pela adjudicatária, sendo que



este recebimento não implica a sua aceitação;

d) Receber definitivamente em até 05 (cinco) dias após a verificação da conformidade, qualidade e quantidade do material aplicado e conseqüente aceitação;

e) Comunicar o fornecedor contratado, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, no total ou em parte, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corrido, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;

f) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do fornecedor contratado, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, por meio de servidor especialmente designado, podendo solicitar esclarecimentos, documentos e realizar inspeções sempre que necessário;

g) Efetuar o pagamento ao fornecedor contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos;

h) Não haverá, em hipótese alguma, pagamento antecipado, sendo o pagamento condicionado ao recebimento definitivo do objeto e à apresentação da documentação fiscal adequada.

i) Aplicar ao fornecedor contratado as sanções previstas na lei, Decreto Municipal 56/2023 e neste instrumento;

j) Notificar os emitentes das garantias contratuais, quando for o caso, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

K) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo fornecedor contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de seus atos, seja por meio de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.2 São obrigações do fornecedor contratado:

a) Apresentar toda a documentação obrigatória válida como condição prévia para a emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura da Ata de Registro de Preços, mantendo-a atualizada e válida durante toda a vigência do contrato ou Ata, inclusive quanto aos seus meios de contato (fone, whatsapp, email), incluindo eventuais prorrogações;

b) Cumprir todas as obrigações constantes neste instrumento, assumindo integralmente como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da correta, tempestiva e perfeita execução do objeto;

c) Apresentar a Nota Fiscal no ato da entrega, acompanhada da autorização de fornecimento e da documentação fiscal e trabalhista exigida (certidões federal, estadual, municipal, trabalhista e de regularidade do FGTS) da licitante vencedora;

d) Efetuar a entrega dos produtos, nos locais indicados no momento do pedido em perfeitas condições sem ônus de entrega, de acordo com a solicitação das Secretarias demandantes em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, modelo e quantidades; cabendo à contratada o seu descarregamento dos produtos no local indicado pelo agente que for recebê-lo.

e) Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da licitante;

f) Comunicar à Administração Municipal, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da Nota de Empenho, quaisquer motivos devidamente justificados e comprovados que possam impedir o cumprimento do prazo de entrega;

g) Responder legal e financeiramente por danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto contratual, sem que a fiscalização ou acompanhamento pelo contratante implique na redução de sua responsabilidade;

h) Assumir integralmente as obrigações e encargos decorrentes da execução do contrato, incluindo



as trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e securitárias, isentando o contratante de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária;

i) A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação na licitação, garantindo o cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais. A não manutenção dessas condições poderá acarretar a rescisão contratual e a aplicação das sanções previstas, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

j) A CONTRATADA deverá atender integralmente as quantidades solicitadas pela Administração, conforme especificado na Nota de Autorização de Despesa (NAD). É vedada qualquer exigência de pedido mínimo, fornecimento apenas em carga fechada ou qualquer outra restrição que inviabilize a entrega conforme a necessidade do contratante.

k) A CONTRATADA se obrigará em um prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, a solucionar quaisquer problemas com os produtos adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que, a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado. O descumprimento desse prazo poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas no contrato, sem prejuízo da adoção de outras medidas administrativas ou judiciais cabíveis;

l) Arcar com o ônus de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, exceto quando ocorrer algum dos eventos previstos no art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021;

m) Atender às determinações emitidas pelo fiscal ou autoridade superior, nos termos do art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021, prestando de imediato os esclarecimentos ou informações que forem solicitados;

n) É vedada a transferência, no todo ou em parte, do objeto da presente licitação. O descumprimento desta disposição poderá ensejar a rescisão contratual e a aplicação das sanções cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

o) Guardar absoluto sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução da Ata de Registro de Preços e/ou do contrato, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e criminal;

p) O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade e conformidade do bem fornecido, cabendo-lhe corrigir irregularidades detectadas posteriormente, mediante notificação formal da Administração, excetuadas os casos de uso inadequado ou mau uso pelo contratante.

q) Cumprir as exigências legais de reserva de vagas para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, nos termos da legislação em vigor, conforme disposto no art. 116 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas necessárias para execução do objeto desta ata de registro de preços serão cobertas com recursos provenientes das dotações orçamentárias de cada órgão ou entidade participante.

CLÁUSULA NONA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

9.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal, Estadual ou Distrital que não participaram do procedimento de Intenção do Registro de Preços poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:



9.1.1 Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público.

9.1.2 Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021, e

9.1.3 Consulta e aceitação prévia do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

9.1.3.1 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

9.1.3.1.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

9.2 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

9.3 O prazo de que trata o item anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

9.4 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

9.5 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA

10.1 A ata de registro de preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2 A ata de registro de preços será acompanhada por um fiscal cujas atribuições são relativos aos aspectos administrativos contratuais da ata, como: instruir o processo com toda a documentação relativa à execução/fornecimento e fiscalização da Ata de Registro de Preços, acompanhar a manutenção das condições habilitatórias, conferir a importância a ser paga, notificar sobre as irregularidades encontradas, adotar as medidas preparatórias para aplicação de sanção administrativa, promover a gestão documental, etc, conforme estabelecido no Decreto Municipal 56/2023.

10.3 A ata de registro de preços será fiscalizada por um fiscal cujas atribuições são relativas à execução do objeto, conforme estabelecido no Decreto Municipal 56/2023.

10.4 Após a assinatura da ata de registro de preços o fiscal em conjunto com o gestor elaborará o plano de fiscalização da execução do objeto que terá como referência o Edital e a presente a ata de registro de preços e constará as estratégias de execução e fiscalização do objeto contratual, conforme estabelecido no Decreto Municipal 56/2023.

10.5 A execução do objeto contratual deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam, quando for o caso, a mensuração dos seguintes aspectos:

- a) os resultados alcançados em relação a Ata de Registro de Preços, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- b) o cumprimento das demais obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços; e



c) a satisfação do público usuário, quando cabível.

10.6 O fiscal deverá verificar ainda os impactos sobre o pagamento, nas situações em que o fornecedor:

a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

10.7 O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pelo fornecedor, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Edital e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

10.8 O fiscal deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

10.9 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 e 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.10 O Fiscal indicado para a presente ata de registro de preços será designado por portaria.

10.11 As notificações serão comunicadas preferencialmente por meio de endereço eletrônico do fornecedor, devendo este informar em seus documentos as informações necessárias para tanto, e eventualmente mediante ofício de forma presencial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Comete infração administrativa a licitante que cometer, por dolo ou culpa, quaisquer das infrações previstas na Lei Federal n. 14.133/2021, quais sejam:

a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Dar causa à inexecução total do contrato;

d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 A licitante/contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções mencionadas abaixo, de acordo com a Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021:

a) Advertência;



- b) Multa Moratória;
- c) Multa Compensatória;
- d) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

11.2.1 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a administração pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4 O processo de aplicação das penalidades previstas acima respeitará o devido processo legal e a ampla defesa da licitante/contratada e tramitará de acordo com o Decreto Municipal n. 56/2023.

11.5 Aplicar-se-á a advertência como instrumento de diálogo e correção de conduta ensejadora de infração administrativa, da qual não cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, dentre elas:

- a) Descumprimento de pequena relevância de obrigação legal ou infração a lei, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
- b) Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

11.6 A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021, calculada na forma prevista no edital ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

11.6.1 de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor contratado, para aquele que:

- a) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, previsto no art. 155, IV da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;
- b) Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, previsto no art. 155, V da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

11.6.2 de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

- a) Recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;
- b) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, previsto no art. 155, VI da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

11.6.3 de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada/inadimplente, em caso de:

- a) Inexecução parcial do contrato previsto no art. 155, I da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021, desde que não seja enquadrada em pequena relevância, previsto no art. 6º do Decreto Municipal 56/2023;



b) Inércia do fornecedor/contratado ou reincidência na inexecução parcial do contrato enquadrada em pequena relevância, previsto no art. 8º do Decreto Municipal 056/23;

11.6.4 - De 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total do contrato, previsto no art. 155, III da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

11.6.5 - De 20% (vinte por cento) a 30% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) Apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, previsto no art. 155, VIII da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

b) Fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato, previsto no art. 155, IX da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

c) Comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza, previsto no art. 155, X da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

d) Prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, previsto no art. 155, XI da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

e) Prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, previsto no art. 155, XII da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

f) Entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

g) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, previsto no art. 155, II da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

11.7 A multa moratória e a sanção pecuniária que será imposta ao fornecedor/contratado que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, tal qual solicitado, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

11.7.1 - 0,2% (dois décimos percentuais) por dia de atraso, sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato, até 10 (dez) dias de atraso;

11.7.2 - 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso a partir do 11º (décimo primeiro dia) até o 20º (vigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

11.7.3 - 0,5% (cinco décimos percentuais) por dia de atraso a partir do 21º (vigésimo primeiro) até o 30º (trigésimo dia) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

11.7.4 - Após o 30º (trigésimo) dia de atraso, será analisada as justificativas apresentadas pelo fornecedor/contratado e avaliado se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la, conforme art. 137 e seguintes da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

11.7.5 Constatado o atraso na entrega de bens ou na execução de serviços, o gestor do contrato, auxiliado pelo fiscal do contrato e áreas técnicas deverá iniciar os procedimentos para abertura de processo administrativo punitivo, que deverá observar os princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.8 Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, direta ou indireta, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

a) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao



funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:

a.1) Pena - impedimento pelo período de um ano até dois anos.

b) Dar causa à inexecução total do contrato:

b.1) Pena - impedimento pelo período de um ano até três anos.

c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame:

c.1) Pena - impedimento pelo período de um mês até seis meses.

d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado:

d.1) Pena - impedimento pelo período de um mês até seis meses.

e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e.1) Pena - impedimento pelo período de seis meses até um ano.

f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

f.1) Pena - impedimento pelo período de seis meses até um ano.

g) Reincidência na sanção de advertência dentro do prazo de 12 (doze) meses, sem que o fornecedor tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração Pública Municipal:

g.1) Pena - impedimento pelo período de um mês até seis meses.

h) Promover a alteração da quantidade ou qualidade dos serviços prestados ou obra executada de forma unilateral.

h.1) Pena - impedimento pelo período de seis meses até um ano.

11.8.1 As penalidades descritas no caput do presente artigo se aplicam também nos casos em que o instrumento que vincula as partes seja Ata de Registro de Preços;

11.8.2 A pena de suspensão poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções de multa, conforme art. 529, §2º do Decreto Municipal 056/23.

11.8.3 A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal não será cabível quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando então será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade.

11.9 A aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, acarretará a rescisão contratual prevista no art. 137 e seguintes da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021 e art. 604 do Decreto Municipal 056/23.

11.10 O impedimento não atinge outros Contratos/Atas de Registro de Preços que estejam vigentes com o fornecedor/contratado penalizado, desde que não tenham relação com a execução do contrato que deu origem à sanção.

11.11 A penalidade de impedimento de licitar e contratar aplicada ao fornecedor/contratado estende-se às pessoas jurídicas que possuam objeto social similar e das quais sejam participantes um ou mais sócios que compõem o quadro societário da empresa penalizada, ou quando, pelas circunstâncias do caso e pelos elementos probatórios, restar comprovado que a pessoa jurídica foi constituída com o fim de frustrar os efeitos da penalidade aplicada.

a) Para os fins do disposto pelo caput, é lícito à autoridade competente valer-se do instituto da desconsideração da personalidade jurídica, conforme previsto pelo art. 160 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

11.12 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar será aplicada ao fornecedor/contratado responsável pelas infrações administrativas abaixo descritas, bem como pelas infrações administrativas previstas no caput do art. 537 deste Título que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção nele referida, e o impedirá de licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo



mínimo de três anos e máximo de seis anos, observando-se os seguintes parâmetros:

a) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato:

a.1) Pena - de três anos até quatro anos.

b) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:

b.1) Pena - de três anos até seis anos.

c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:

c.1) Pena - de três anos até seis anos.

d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação:

d.1) Pena - de três anos até cinco anos.

e) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 01 de agosto de 2013:

e.1) Pena - de três anos até seis anos.

11.13 A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar deve ser precedida de análise jurídica.

11.14 A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa compensatória cumulativamente à sanção mais grave.

11.15 A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar aplicada ao fornecedor/contratado estende-se às pessoas jurídicas que possuam objeto social similar e das quais sejam participantes um ou mais sócios que compõem o quadro societário da empresa penalizada, ou quando, pelas circunstâncias do caso e pelos elementos probatórios, restar comprovado que a pessoa jurídica foi constituída com o fim de frustrar os efeitos da penalidade aplicada.

a) Para os fins do disposto pelo caput, é lícito à autoridade competente valer-se do instituto da desconsideração da personalidade jurídica

11.16 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções acima, com exceção à advertência, demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por uma Comissão Especial, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante/contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, conforme Decreto Municipal 56/2023.

11.17 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade competente que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar, encaminhará o recurso com sua motivação à Autoridade Superior, que deverá proferir sua decisão, conforme Decreto Municipal 56/2023.

11.18 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.19 A aplicação das sanções previstas no itens acima admitem a reabilitação da licitante/contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos e poderá ser requerida pela parte, quando couber:

a) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) Pagamento da multa;

c) Transcurso do prazo mínimo de um ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de três anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

12.2 Os casos omissos serão decididos pela Administração Pública, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e Decreto Municipal 56/2023 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

12.3 Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

12.4 Incumbirá à Administração Pública divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, assim como no Diário Oficial dos Municípios (AMM).

12.5 Fica eleito o foro da Comarca de Campo Novo do Parecis/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, que não puderem ser resolvidas pela via administrativa, inclusive os casos omissos, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, após lido e achado conforme, as partes assinam a presente Ata em 02 vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada no arquivo passivo administrativo.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE
CAMPO NOVO DO PARECIS - .**

EDILSON ANTONIO PIAIA

Ordenador(a) de Despesa

ALDENEY ANTONIO NETO
**CYAN PAPELARIA E MATERIAIS
DE INFORMATICA LTDA**

EDILAINÉ MENDONÇA DE PAULA MACHADO

PORTARIA Nº 0/0

JAMILLE SILVA DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 0/0

DEISE TRAMONTINI

PORTARIA Nº 0/0



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT.

ESTADO DE MATO GROSSO

MATO GROSSO 66, CENTRO, CAMPO NOVO DO PARECIS/MT - Cep: 78360000

MARIANE MARTINS HERNANDEZ

SUPLENTE

CRISTIANE GALLI CARDOSO

SUPLENTE

LUANA GOMES ALMEIDA

SUPLENTE